

## Evidências de Validade da Escala de Orientação à Dominância Social no Brasil

Felipe Vilanova<sup>1</sup>  
 Damião Soares de Almeida-Segundo<sup>2</sup>  
 Michael de Quadros Duarte<sup>2</sup>  
 Angelo Brandelli Costa<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

### Resumo

O presente estudo buscou adaptar a Escala de Orientação à Dominância Social (SDO<sub>7</sub>) para o contexto brasileiro, propor uma versão reduzida do instrumento, avaliar sua estrutura fatorial e evidências de validade entre grupos. Para tanto, realizou-se coleta de dados *on-line* em que participaram 1.056 indivíduos de quatro diferentes amostras. Análises fatoriais confirmatórias indicaram os melhores índices de ajuste para a estrutura original de quatro fatores, sendo dois substanciais (Dominância e Anti-Igualitarismo) e dois de método (pró-traço e contra-traço). Os fatores substanciais, denominados “Dominância Social” e “Anti-Igualitarismo”, apresentaram alfa de Cronbach superior a 0,70 em todas as amostras. As versões longa e reduzida da escala apresentaram bons índices de validade de critério entre grupos com correlações altas entre os escores dos fatores substanciais e a autocategorização política. Portanto, o instrumento apresentou evidências de validade e fidedignidade e podem ser utilizados em estudos futuros.

*Palavras-chave:* SDO, dominância social, adaptação transcultural, psicometria, psicologia social

### Validity Evidence of the Social Dominance Orientation Scale in Brazil

### Abstract

This study aims to cross-culturally adapt the Social Dominance Orientation Scale (SDO<sub>7</sub>) for the Brazilian context, propose a reduced version of the instrument, and assess its factor structure and validity evidences. Participants included 1,056 individuals across four different samples collected online. Confirmatory factor analyses indicated the best fit indices for the original four-factor structure, two substantial (Dominance x Anti-Egalitarianism) and two methodological (pro-trait x counter-trait). The substantial factors had Cronbach's alpha values above 0.70 in all samples. Furthermore, both the long and reduced versions of the scale were highly correlated with political self-categorization. Hence, the instrument in its long and reduced versions showed good validity and reliability evidences for the Brazilian context and can be used in future studies.

*Keywords:* SDO; social dominance; cross-cultural adaptation; psychometrics; social psychology

### Evidencias de validez de Escala de Orientación a Dominancia Social en Brasil

### Resumen

Este estudio tiene como objetivo adaptar transculturalmente la Escala de Orientación a la Dominancia Social (SDO<sub>7</sub>) para el contexto brasileño, proponer una versión reducida del instrumento, evaluar su estructura factorial y evidencias de validez entre grupos. Por lo que, se llevó a cabo una recogida de datos online en la que participaron 1056 individuos de cuatro muestras diferentes. Los análisis factoriales confirmatorios indicaron los mejores índices de ajuste para la estructura original de cuatro factores, dos de ellos son sustanciales (Dominancia x Anti-Igualitarismo) y los otros dos son metodológicos (pro-rasgo x contra-rasgo). Los factores sustanciales, denominados “Dominancia social” y “Anti-Igualitarismo”, presentaron alfa de Cronbach por encima de 0,70 en todas las muestras. Las versiones larga y corta de la escala presentaron buenos índices de validez con altas correlaciones entre los puntajes de los factores sustanciales y la autocategorización política. Por lo tanto, el instrumento presentó evidencias de validez y confiabilidad para el contexto brasileño y puede utilizarse en futuros estudios.

*Palabras clave:* SDO; dominancia social; adaptación transcultural; psicometría; psicología social

### Introdução

Com o crescente acúmulo de riqueza em nível global e intensificação das discussões acerca da disparidade econômica, foram propostas diferentes teorias para investigar as causas da desigualdade. Uma delas é a Teoria da Dominância Social (Pratto, Sidanius, Stallworth, & Malle, 1994), que está entre as mais utilizadas em

pesquisas em Psicologia Social (Pratto, Sidanius, & Levin, 2006). A teoria é brevemente sistematizada pela primeira vez em 1994 (Pratto et al., 1994) e desenvolvida longamente no livro “*Social Dominance*” (Sidanius & Pratto, 1999), cujos principais expoentes, desde então, são os pesquisadores Jim Sidanius e Felicia Pratto. Segundo a teoria, a dominância social consiste no estabelecimento e manutenção de hierarquias entre grupos,

considerando as camadas mais altas das sociedades como tendo maior valor social e de fato possuindo materiais e símbolos que as pessoas em geral buscam (Sidanius & Pratto, 1999). O processo da dominância social opera em três níveis: O nível sistêmico, o nível intergrupual e o nível individual (Sidanius, Levin, Federico, & Pratto, 2001).

No nível individual, a investigação da dominância social se dá via mensuração da “Orientação à Dominância Social” (SDO). SDO é a tendência a apoiar o estabelecimento e a manutenção de relações hierarquizadas na sociedade (Pratto et al., 2006), contribuindo para a continuidade da superioridade econômica e social dos grupos dominantes em relação aos grupos dominados. Ela também prediz preconceito contra vários alvos considerados socialmente “degenerados” (Duckitt & Sibley, 2007), como pessoas obesas, pessoas com diagnóstico de psicopatologia, desempregados, imigrantes de diferentes nacionalidades, árabes e, no caso do Brasil – em uma das únicas pesquisas realizadas em nosso contexto –, até em relação a nordestinos (Cantal, Milfont, Wilson, & Gouveia, 2015; Duckitt & Sibley, 2007).

A literatura tem apontado que três fatores são centrais para predizer o nível de SDO: 1) Crer que o mundo é competitivo e caracterizado por uma busca desenfreada por recursos (Perry, Sibley, & Duckitt, 2013); 2) Ocupar altos postos nas hierarquias sociais (Sidanius & Pratto, 1999); 3) Autocategorizar-se na direita política ou concordar com doutrinas conservadoras (Ho et al., 2015). Ao crer que o mundo é uma “selva competitiva” (Perry et al., 2013), tende-se a naturalizar as desigualdades, encarando-as como uma decorrência inevitável da competição social. Já a ocupação de altos postos nas hierarquias sociais tende a estar relacionada sobretudo ao endosso a mitos legitimadores (Sidanius & Pratto, 1999), isto é, crenças que sustentam a justificação moral e intelectual sobre como determinados grupos se relacionam (e.g., meritocracia, racismo, destino manifesto). Por fim, a autocategorização na direita política tende a estar associada a opiniões favoráveis à manutenção do *status-quo*. Consequentemente, defende-se que a desigualdade na hierarquia social tende a ser parte inerente da condição humana, gerando oposição a ações para reduzi-la (Jost, Glaser, Kruglanski, & Sulloway, 2003).

Embora cada vez mais pesquisas sobre a SDO sejam feitas (por exemplo, Anderson & Ferguson, 2017; Ching, Xu, Chen, & Kong, 2020; Kteily, Bruneau, Waytz, & Cotterill, 2015; Mandalaywala, Amodio, & Rhodes, 2018), alguns aspectos metodológicos dessas

investigações têm sido questionados. Um dos principais se refere a sua mensuração.

#### *Mensuração da SDO*

A primeira escala publicada e desenvolvida para mensurar a SDO, denominada SDO<sub>5</sub>, foi elaborada por Pratto et al. (1994) e composta por 14 itens que compunham um fator único. Os itens da SDO<sub>5</sub> refletiam uma preferência por hierarquias baseadas em grupos e uma visão estratificada de estruturas sociais, enfatizando a desigualdade, o antagonismo e a supremacia dos fortes sobre os fracos. A escala foi testada em 13 amostras e em todas apresentou bons índices de consistência interna ( $\alpha$  de Cronbach > 0,70) além de bons índices de ajuste (CFI e TLI > 0,90 e RMSEA < 0,08) ao modelo unifatorial que havia sido teoricamente proposto (Pratto, Sidanius, Stallworth, & Malle, 1994). No mesmo estudo, (Pratto et al., 1994) foi produzida outra versão denominada SDO<sub>6</sub>, constituída por 16 itens e que, ao invés de se referir a pessoas como na SDO<sub>5</sub>, referiu-se exclusivamente a grupos. Por exemplo, o item que na SDO<sub>5</sub> era “Algumas pessoas são simplesmente inferiores a outras” (Tradução livre de Pratto et al., 1994, p.760) foi modificado na SDO<sub>6</sub> para “Alguns grupos de pessoas são simplesmente inferiores a outros grupos” (Tradução livre de Pratto et al., 1994, p.763).

Posteriormente foram realizadas coletas de dados com a SDO<sub>6</sub> em 45 amostras (Sidanius & Pratto, 1999). Em duas das 45 amostras, uma análise fatorial confirmatória (AFC) demonstrou que um modelo com dois fatores apresentou melhores índices de ajuste do que um modelo unifatorial. No modelo bifatorial, um dos fatores foi composto pelos itens pró-traço, enquanto o outro fator foi composto pelos itens contra-traço (invertidos). Os autores (Sidanius & Pratto, 1999) afirmaram que tal resultado merecia considerações futuras, mas que eles não dispunham de evidências suficientes para considerar esses dois fatores como construtos independentes, afinal, a bifurcação fatorial parecia ter ocorrido em virtude da diferença de direcionalidade dos itens (itens pró-traço se aglutinando em um fator e itens contra-traço em outro fator). Os autores mantiveram então a utilização da estrutura unifatorial.

No ano seguinte, outro estudo encontrou uma estrutura bifatorial, propondo que os fatores realmente representavam construtos substancialmente diferentes (Jost & Thompson, 2000). Foi apontado que a estrutura bifatorial não só apresentou melhores índices de ajuste (CFI = 0,91) do que o modelo unifatorial (CFI = 0,78;  $\chi^2$ /graus de liberdade = 332,29,  $p < 0,001$ ),

como também Testes Z de Fisher indicaram que os dois fatores se correlacionaram com magnitudes significativamente diferentes com variáveis de critério, reforçando a diferença substancial entre eles.

A controvérsia sobre a uni ou bidimensionalidade da SDO<sub>6</sub> foi então amplamente debatida na literatura e as evidências a favor da estrutura bifatorial se tornaram cada vez mais amplas (Ho et al., 2012). Boa parte da discussão girava em torno da confusão entre substancialidade dos fatores e direcionalidade dos itens, isto é, a dificuldade em discernir se a bidimensionalidade ocorria em virtude da diferença no padrão de respostas induzido pela direcionalidade dos itens (pró-traço x contra-traço) ou pela substancialidade dos fatores. Tal dificuldade surgia porque os itens pró-traço da SDO<sub>5</sub> e SDO<sub>6</sub> pareciam se referir a algo diferente dos itens contra-traço (Jost & Thompson, 2000). Enquanto os itens pró-traço se referiam à dominação explícita de alguns grupos sobre outros (e.g., “Para subir na vida, às vezes é necessário pisar em algumas pessoas”; Tradução livre de Pratto et al., 1994, p.760), os itens contra-traço se referiam a um apoio mais sutil à igualitarismo (e.g., “Em um mundo ideal, todas as nações seriam iguais”; Tradução livre de Pratto et al., 1994, p.760). Por isso, sugeriu-se que eles poderiam ser respectivamente denominados “Dominância” e “Igualitarismo” (Ho et al., 2012; Jost & Thompson, 2000; Sidanius & Pratto, 1999).

Uma vez que a SDO<sub>6</sub> havia sido proposta no século XX (Pratto et al., 1994) e o debate conceitual em torno da estrutura fatorial havia se intensificado, considerou-se que uma nova versão do instrumento deveria ser proposta. A fim de tornar mais clara a distinção entre a influência da substancialidade dos fatores e da direcionalidade dos itens, a nova versão da escala SDO deveria ser composta por uma quantidade balanceada de itens pró e contra-traço que se referissem tanto à dominância quanto ao igualitarismo. Assim, foi proposta a SDO<sub>7</sub> (Ho et al., 2015) pautada na construção balanceada de itens que representassem teoricamente os fatores “Dominância” e “Anti-Igualitarismo” que foram encontrados previamente, porém ignorados a princípio (Sidanius & Pratto, 1999).

Além de propor itens balanceados na nova versão da escala SDO, foi proposta uma solução via análise fatorial para controlar a influência da direcionalidade dos itens sobre a substancialidade dos fatores e vice-versa. A solução consistiu em modelar, não apenas os dois fatores substanciais (Dominância e Anti-Igualitarismo), mas também dois fatores de método,

isto é, fatores cujos itens são agrupados com base na sua direcionalidade (pró-traço x contra-traço), independentemente do seu conteúdo. Fatores de método são aqueles utilizados para levar em conta a variância comum a alguns indicadores (Elff & Ziaja, 2018), nesse caso, para levar em conta a variância comum associada à direcionalidade dos itens. Assim, um dos fatores de método foi composto por todos os itens pró-traço do instrumento e o outro fator de método foi composto por todos os itens contra-traço do instrumento, não importando qual fator substancial eles compunham. Por exemplo, embora o item “Alguns grupos devem ser mantidos em seus devidos lugares na sociedade” componha o fator substancial Dominância e o item “Nós não deveríamos promover a igualdade entre os grupos” componha o fator substancial Anti-Igualitarismo, eles são aglutinados no mesmo fator de método porque ambos são itens pró-traço dos seus respectivos fatores. Como a direcionalidade dos itens é o critério decisivo para aglutinação nos fatores de método, o conteúdo deles não é levado em conta. Os fatores de método são fundamentais para a SDO<sub>7</sub> porque, como mencionado anteriormente, ela é uma escala consideravelmente suscetível à influência da variância comum subjacente à direcionalidade dos itens e, modelar esses fatores de método na análise fatorial confirmatória, é uma forma de controlar tal influência (Ho et al., 2012). A SDO<sub>7</sub> foi composta então por quatro fatores, sendo dois substanciais (Dominância x Anti-Igualitarismo) e dois de método (pró-traço x contra-traço).

Em sete amostras diferentes (Ho et al., 2015), as análises fatoriais apontaram consistentemente que uma estrutura de quatro fatores era a mais adequada. O conjunto de índices de ajuste dessa estrutura foram os melhores em todas as amostras, com CFI variando de 0,94 a 0,98 e RMSEA variando de 0,04 a 0,08, ou seja, sempre apresentando índices aceitáveis.

O fator substancial da Dominância (SDO-D) agrupou itens relacionados à preferência por hierarquias grupais em que há clara opressão a grupos subordinados (e.g., “Uma sociedade ideal exige que alguns grupos estejam em posições superiores e outros estejam em posições inferiores na sociedade”, tradução de Ho et al., 2015, p.1028). Já a dimensão do Anti-Igualitarismo (SDO-E) agrupou itens relacionados à preferência pela desigualdade entre grupos, rejeitando políticas públicas que reduzam a desigualdade e favorável a crenças que sutilmente reforcem hierarquias sociais (e.g., “Nós não deveríamos promover a igualdade entre os grupos”, tradução de Ho et al., 2015, p.1028).

Além de demonstrar que a estrutura de quatro fatores foi a que apresentou os melhores índices de ajuste, foram demonstrados efeitos diferenciais das duas dimensões substanciais do instrumento (Ho et al., 2015). Por exemplo, como a SDO-D está teoricamente relacionada à clara opressão a grupos subordinados, ela se correlacionou positivamente com o apoio explícito à perseguição de imigrantes, enquanto a SDO-E não se correlacionou. Por outro lado, a SDO-E se correlacionou positivamente com oposição a ações afirmativas, enquanto a SDO-D não se correlacionou. Portanto, a SDO-E está relacionada a medidas sutis de manutenção ou reparação de desigualdades sociais (como as políticas afirmativas) enquanto a SDO-D não está.

### *A SDO no Brasil*

A SDO já foi utilizada no Brasil de maneira assistemática (e.g., Cantal et al., 2015; Fernandes, Costa, Camino, & Mendoza, 2007; Fernandes & De Almeida, 2008). Nenhum dos estudos nacionais teve como objetivo principal adaptá-la para o contexto brasileiro. Até 2016 o índice de Gini, que é uma medida de desigualdade para níveis nacionais e globais, indicava que o Brasil estava se tornando um país com cada vez menos desigualdade de renda, todavia, entre 2016 e 2017 o índice ficou estagnado (Oxfam, 2018). Ademais, o número de pobres cresceu 11% em 1 ano, culminando na queda do Brasil do 10º lugar para o 9º país mais desigual entre 189 países (Oxfam, 2018). A fim de se ter uma medida para o nível individual acerca do apoio da dominação de alguns grupos em relação a outros no Brasil, o objetivo do presente estudo foi adaptar a SDO<sub>7</sub> (Ho et al., 2015) para o contexto nacional, propor uma versão reduzida do instrumento, avaliar sua estrutura fatorial e evidências de validade entre grupos. Hipotetizou-se que: 1) A SDO<sub>7</sub> tanto em sua forma integral (longa) quanto em sua forma reduzida, apresentariam índices de ajuste adequados no contexto brasileiro; 2) Haveria uma correlação positiva entre os escores da SDO<sub>7</sub> e a autocategorização política no espectro esquerda-direita, de tal sorte que, quanto mais à direita, maiores os escores nos fatores Dominância e Anti-Igualitarismo.

## **Método**

### *Participantes*

Foram avaliados os dados de quatro amostras recrutadas por conveniência. A Amostra 1 foi composta por 177 indivíduos com idades entre 18 e 77 anos ( $M = 30,07$ ;  $DP = 12,12$ ), 50,3% do gênero masculino,

que participaram de uma coleta de dados realizada entre junho e agosto de 2018. Com relação à região do país onde mora, 79,1% ( $n = 140$ ) moravam na região sul, 17,5% ( $n = 31$ ) na região nordeste, 2,3% ( $n = 4$ ) na região sudeste e 1,1% ( $n = 2$ ) na região centro-oeste. Já com relação à autocategorização política, 20,9% ( $n = 37$ ) se consideraram de esquerda, 19,8% ( $n = 35$ ) de centro-esquerda, 6,2% ( $n = 11$ ) de centro, 16,4% ( $n = 29$ ) de centro-direita, 14,7% ( $n = 26$ ) de direita e 22% ( $n = 39$ ) na opção “nenhuma”.

A Amostra 2 foi composta por 515 indivíduos com idades entre 18 e 75 anos ( $M = 31,49$ ;  $DP = 12,29$ ), 60,97% do gênero feminino, que participaram de uma coleta de dados realizada entre dezembro de 2018 e junho de 2019. Destes, 62,7% ( $n = 323$ ) moravam na região sul; 26,6% ( $n = 137$ ) moravam na região nordeste; 4,9% ( $n = 25$ ) moravam na região sudeste; 1,4% ( $n = 7$ ) moravam na região centro-oeste e 0,2% ( $n = 1$ ) moravam na região norte. Ademais, 20,3% ( $n = 100$ ) se autocategorizaram na esquerda política; 27,4% ( $n = 135$ ) na centro-esquerda; 10,3% ( $n = 51$ ) no centro; 13% ( $n = 64$ ) na centro-direita; 10,3% ( $n = 51$ ) na direita e 18,7% ( $n = 92$ ) na opção “nenhuma”.

A Amostra 3 foi composta por 236 indivíduos com idades entre 18 e 79 anos ( $M = 31,89$ ;  $DP = 14,35$ ), 54,23% do gênero feminino, que participaram de uma coleta de dados realizada entre junho e setembro de 2019. Com relação à região do país, 64,8% ( $n = 153$ ) moravam na região sul; 47 ( $n = 19,9\%$ ) na região nordeste; 14,4% ( $n = 34$ ) na região sudeste e 0,8% ( $n = 2$ ) na região centro-oeste. Já com relação à autocategorização política, 30,9% ( $n = 73$ ) se situaram na esquerda; 32,2% ( $n = 76$ ) na centro-esquerda; 3,8% ( $n = 9$ ) no centro; 9,7% ( $n = 23$ ) na centro-direita; 10,2% ( $n = 24$ ) na direita e 13,1% ( $n = 31$ ) na opção “nenhuma”.

Finalmente, a Amostra 4 foi composta por 128 indivíduos com idades entre 18 e 67 anos ( $M = 30,75$ ;  $DP = 11,57$ ), 68,75% do gênero feminino, que participaram de uma coleta de dados realizada entre janeiro e dezembro de 2019. Não tivemos acesso aos dados das regiões do país em que os participantes moravam, mas com relação à autocategorização política, 3,1% ( $n = 4$ ) se autocategorizaram na extrema-esquerda; 69,5% ( $n = 89$ ) na esquerda; 21,9% ( $n = 28$ ) no centro e 5,5% ( $n = 7$ ) na direita.

### *Instrumento*

Cada coleta de dados fazia parte de um projeto diferente, então o instrumento completo de cada coleta contava com diferentes questionários. Todavia, em



todas elas havia as variáveis sociodemográficas gênero, idade, autocategorização política e a versão brasileira da SDO<sub>7</sub> (Ho et al., 2015). Nas Amostras 1, 2 e 3, a autocategorização política foi avaliada por meio da pergunta “Em qual parte do espectro político você se situaria?” e os participantes podiam escolher uma dentre as opções “Esquerda”, “Centro-Esquerda”, “Centro”, “Centro-Direita”, “Direita” e “Nenhuma”. Já, na Amostra 4, a autocategorização política foi avaliada por meio da pergunta “Qual a sua orientação político-ideológica?” e os participantes podiam escolher uma dentre as opções “Extrema-esquerda”, “Esquerda”, “Centro”, “Direita”, “Extrema-Direita”.

É importante ressaltar que as definições conceituais de cada parte do espectro político não são relevantes para o estudo em questão, pois foi seguida a tradição da literatura (e.g., Bizumic & Duckitt, 2019; Ho et al., 2012, 2015; Jost et al., 2003; Vilanova, DeSousa, Koller, & Costa, 2018; Vilanova, Milfont, Cantal, Koller, & Costa, 2020) que prioriza a avaliação da autocategorização política (o participante se autocategorizando no espectro político) em vez da heterocategorização política (os pesquisadores categorizando os participantes no espectro político). Portanto, segue-se o cânone que propõe que a autocategorização grupal apresenta repercussões cognitivas e comportamentais que independem da definição que cada pessoa fornece do grupo político (Turner, Hogg, Oakes, Reicher, & Wetherell, 1987).

#### *Escala de Orientação à Dominância Social – 7*

A Escala de Orientação à Dominância Social - 7 (Ho et al., 2015) é uma medida de autorrelato composta por 16 itens, dois fatores substanciais (“Dominância” e “Anti-Igualitarismo”) e dois fatores de método, conforme detalhado na introdução. Nesse modelo (Ho et al., 2015), a covariância entre fatores substanciais e de método é fixada em zero, impossibilitando correlações entre fatores substanciais e fatores de método (isto é, apenas os fatores substanciais podem se correlacionar entre si, e os fatores de método podem se correlacionar entre si). No estudo original de desenvolvimento, o instrumento apresentou boas propriedades psicométricas (CFI > 0,90; RMSEA < 0,08;  $\chi^2$ /graus de liberdade < 2,00) em sete amostras diferentes, além de boa validade convergente (por exemplo, correlação significativa com a SDO<sub>6</sub>), divergente (por exemplo, o fator SDO-D se correlacionou significativamente com apoio a guerra, enquanto o fator SDO-E não se correlacionou) e de critério entre grupos (por exemplo, diferenças significativas entre homens e mulheres em ambos os fatores). Na versão em português da SDO<sub>7</sub>, as respostas podiam

variar em uma escala tipo Likert de 1 (*discordo totalmente*) a 7 (*concordo totalmente*).

#### *Procedimentos*

Após a autorização concedida pelos autores da escala original, iniciou-se o processo de adaptação transcultural da SDO<sub>7</sub> (Ho et al., 2015). A tradução inglês-português foi conduzida independentemente por seis brasileiros nativos e fluentes em inglês. Em seguida, dois especialistas em avaliação psicológica, um deles com doutorado e o outro com especialização na área, avaliaram os itens traduzidos e selecionaram aqueles que consideraram melhor corresponder à ideia original. Posteriormente, foi solicitado a quatro voluntários, os quais se autodenominaram “militantes” de diferentes partes do espectro político (um de esquerda, um de centro-esquerda, um de centro-direita e um de direita), cujas idades variavam entre 24 e 29 anos, todos com ensino superior completo, que avaliassem a proposta de adaptação do instrumento, levando em conta a compreensão das instruções do questionário, do formato e do método de pontuação, havendo a possibilidade de sugerirem uma alternativa às propostas. Em todas as etapas, foram levados em consideração os aspectos relevantes para a adaptação transcultural de instrumentos psicológicos (International Test Commission, 2017), tais como equivalência conceitual e idiomática. O método de avaliação da validade de conteúdo utilizado em todas as etapas foi o consenso entre os avaliadores ou os especialistas.

As coletas de dados com a versão brasileira da escala foram realizadas por meio de formulário *on-line*. Os participantes foram convidados a responder por meio de um *link* de divulgação postado em redes sociais e um anúncio de divulgação da pesquisa foi gerado para que um maior número de pessoas fosse alcançado. Antes de responder às perguntas do questionário, os indivíduos expressaram sua concordância por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O anonimato foi garantido, e somente os pesquisadores tiveram acesso aos dados, conforme considerações éticas da Resolução n. 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde para pesquisas com seres humanos. O delineamento do presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa das universidades a que os projetos estão vinculados.

#### *Análise de Dados*

A versão brasileira da SDO<sub>7</sub> foi submetida a análises fatoriais confirmatórias (AFC) para verificar se a

estrutura originalmente proposta de dois fatores substanciais e dois fatores de método apresentava bons índices de ajuste aos dados das amostras coletadas no contexto brasileiro. O método de estimação utilizado nas AFCs foi o Estimador Robusto de Máxima Verossimilhança (*Robust Maximum Likelihood*). Foram analisados os índices robustos de ajuste RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation*; raiz do erro quadrático médio de aproximação), CFI (*Comparative Fit Index*; índice de Ajuste Comparativo), TLI (*Tucker-Lewis Index*; Índice de Tucker-Lewis) e a razão  $\chi^2$ / graus de liberdade ( $\chi^2$ /gl). Considerou-se aceitáveis os valores de RMSEA até 0,06, CFI e TLI iguais ou maiores a 0,95 (Hu & Bentler, 1999) e a razão  $\chi^2$ /gl menor que 2 (Bollen & Long, 1993). O ponto de corte da carga fatorial para que o item fosse retido no fator foi estabelecido em 0,30 (Tabachnick & Fidell, 2001). Todas as análises foram conduzidas no *software* RStudio (RStudio Team, 2020).

Foram testados os mesmos quatro modelos investigados no artigo de proposição da escala original e que estiveram em disputa ao longo do século XX (Ho et al., 2015), isto é: 1) Modelo unifatorial (Pratto et al., 1994); 2) Modelo composto por dois fatores substanciais, sendo um constituído pelos itens referentes ao construto Dominância e outro constituído pelos itens referentes ao construto Anti-Igualitarismo (Jost & Thompson, 2000); 3) Modelo composto por dois fatores de método, sendo um constituído pelos itens pró-traço e o outro pelos itens contra-traço do questionário; 4) Modelo composto por quatro fatores, dois substanciais e dois de método. Para verificar se havia diferença estatisticamente significativa nos índices de ajuste dos modelos, foi conduzido o teste de  $\chi^2$  para diferença de modelos.

Para investigação de consistência interna, foram calculados  $\alpha$  de Cronbach dos itens que compuseram os fatores substanciais. Para investigação de evidências de validade de critério entre grupos, foram correlacionados os escores fatoriais dos fatores substanciais (obtidos via método de regressão, ver DiStefano, Zhu, & Míndrilã, 2009) com a autocategorização política, pois, quanto mais à direita, os participantes se autocategorizam, maiores tendem a ser suas pontuações nos fatores Dominância e Anti-Igualitarismo (Ho et al., 2015). A fim de manter a linearidade no espectro político esquerda-direita, foram desconsiderados os participantes que se autocategorizaram na posição “Nenhuma” do espectro político nas Amostras 1, 2 e 3. Assim, nas Amostras 1, 2 e 3, codificou-se a autocategorização política como

“Esquerda” = 1, “Centro-Esquerda” = 2, “Centro” = 3, “Centro-Direita” = 4 e “Direita” = 5. Já na Amostra 4, codificou-se a autocategorização política como “Extrema-Esquerda” = 1, “Esquerda” = 2, “Centro” = 3, “Direita” = 4 e “Extrema-Direita” = 5.

#### *Proposição da SDO<sub>7r</sub>*

Como um dos objetivos do artigo é propor uma versão reduzida da SDO<sub>7r</sub>, foi adotado um método de redução baseado no estudo original (Ho et al., 2015) e outros estudos que propuseram versões reduzidas com base em AFC (e.g., Bizumic & Duckitt, 2019). Adotou-se o seguinte procedimento: foram investigados os dois itens pró-traço e os dois itens contra-traço com maiores cargas fatoriais de cada fator substancial na Amostra 1. Contou-se então com quatro itens do fator Dominância (dois pró-traço e dois contra-traço) e quatro itens do fator Anti-Igualitarismo (dois pró-traço e dois contra-traço). Posteriormente, a fim de garantir que os itens com maiores cargas fatoriais eram os que apresentavam as maiores correlações com a pontuação total do seu respectivo fator substancial, foram avaliadas as correlações item-total. Para avaliar as correlações item-total, os itens contra-traço tiveram sua pontuação invertida.

Obtidos os oito itens com maiores cargas fatoriais e correlações item-total na Amostra 1, procedeu-se à investigação dos índices de ajuste, da fidedignidade e das evidências de validade de critério entre grupos de sua estrutura fatorial nas outras três amostras. Assim, foi verificado se a estrutura proposta para a versão reduzida da SDO<sub>7r</sub> (denominada SDO<sub>7r</sub>) apresentava em todas as amostras valores de RMSEA até 0,06, CFI e TLI iguais ou maiores a 0,95, e a razão  $\chi^2$ /gl menor que 2, tal qual na sua versão integral. Também foi verificado se as correlações entre os escores fatoriais da SDO<sub>7r</sub> e a autocategorização política seguiam a mesma direção e tamanho de efeito similar aos encontrados na versão integral.

## **Resultados**

#### *Adaptação Transcultural*

Primeiramente, foram apresentadas duas versões de 16 itens traduzidos para os dois especialistas em avaliação psicológica. A diferença entre as duas versões era que na primeira, três itens estavam escritos da seguinte forma: “Alguns grupos de pessoas são simplesmente inferiores a outros”, “Alguns grupos devem ser mantidos em seus devidos lugares” e “Grupos que

fazem parte do povo não tem que necessariamente se contentar com o seu lugar”. Na segunda versão, esses itens estavam escritos diferentemente: “Alguns grupos de pessoas são simplesmente inferiores a outros *na sociedade*”, “Alguns grupos devem ser mantidos em seus devidos lugares *na sociedade*” e “Grupos *em posições inferiores na sociedade merecem tanto quanto grupos que estão em posições superiores*”. Após conversa com os pesquisadores, os dois especialistas em avaliação psicológica escolheram os itens da segunda versão, sugerindo que eles estavam mais claros e correspondiam à ideia dos itens originais. A versão adaptada contou então com a mesma quantidade de itens do instrumento original (16 itens).

#### Estrutura Fatorial

A estrutura composta por quatro fatores, sendo dois substanciais e dois de método, foi a que apresentou os melhores índices de ajuste no contexto nacional em todas as amostras. A diferença entre os índices de ajuste foi confirmada pelo teste  $\chi^2$  para diferença de modelos, que demonstrou que os índices de ajuste da estrutura de quatro fatores foram significativamente melhores

do que os índices das outras estruturas ( $p < 0,05$ ) nas quatro amostras investigadas. A estrutura de quatro fatores não só apresentou os melhores índices de ajuste aos dados como todas as outras apresentaram índices inaceitáveis considerando as referências de adequação adotadas (Hu & Bentler, 1999; Bollen & Long, 1993), como demonstrado na Tabela 1.

Os dois fatores substanciais da estrutura investigada apresentaram bons índices de consistência interna. O  $\alpha$  de Cronbach do fator Dominância foi considerado adequado na Amostra 1 ( $\alpha = 0,83$ ; Intervalo de Confiança [I.C.] 95% [0,80 - 0,87]), na Amostra 2 ( $\alpha = 0,82$ ; I.C. 95% [0,80 - 0,85]), na Amostra 3 ( $\alpha = 0,81$ ; I.C. 95% [0,77 - 0,85]) e na Amostra 4 ( $\alpha = 0,79$ ; I.C. 95% [0,73 - 0,84]). O mesmo ocorreu com o fator Anti-Igualitarismo, cujos valores de  $\alpha$  de Cronbach foram adequados na Amostra 1 ( $\alpha = 0,90$ ; I.C. 95% [0,87 - 0,92]), na Amostra 2 ( $\alpha = 0,85$ ; I.C. 95% [0,83 - 0,86]), na Amostra 3 ( $\alpha = 0,80$ ; I.C. 95% [0,75 - 0,83]) e na Amostra 4 ( $\alpha = 0,85$ ; I.C. 95% [0,79 - 0,88]). Como os outros dois fatores eram fatores de método, não há sentido teórico em investigar sua consistência interna.

Tabela 1.  
Índices de Ajuste dos Modelos Investigados na SDO<sub>7</sub>

Amostra	Modelo	RMSEA	$\chi^2/df$	CFI	TLI	Teste $\chi^2$ para Diferença de Modelos		
						Diferença $\chi^2$	Graus de Liberdade	$p$ -valor
Amostra 1	1 fator	0,16	4,27	0,68	0,63	4,95	104	0,03
	2 fatores substanciais	0,12	3,00	0,82	0,78	123,06	103	< 0,001
	2 fatores de método	0,15	4,18	0,73	0,68	127,55	103	< 0,001
	4 fatores	0,05	1,39	0,97	0,96	-	-	-
Amostra 2	1 fator	0,12	5,72	0,77	0,74	26,16	104	< 0,001
	2 fatores substanciais	0,10	4,19	0,85	0,83	151,87	103	< 0,001
	2 fatores de método	0,11	5,09	0,81	0,78	151,98	103	< 0,001
	4 fatores	0,06	2,30	0,96	0,94	-	-	-
Amostra 3	1 fator	0,11	2,97	0,78	0,75	9,59	104	0,002
	2 fatores substanciais	0,07	1,85	0,91	0,89	40,23	103	0,001
	2 fatores de método	0,10	2,82	0,80	0,77	130,70	103	0,001
	4 fatores	0,05	1,63	0,95	0,93	-	-	-
Amostra 4	1 fator	0,15	3,07	0,62	0,57	12,01	104	< 0,001
	2 fatores substanciais	0,14	2,87	0,73	0,69	119,72	103	< 0,001
	2 fatores de método	0,12	2,46	0,79	0,76	-58,32	103	< 0,001
	4 fatores	0,06	1,36	0,96	0,95	-	-	-

*Evidências de Validade de Critério entre Grupos*

A relação encontrada na literatura internacional entre autocategorização política e pontuação nos fatores Dominância e Anti-Igualitarismo foi replicada no contexto brasileiro. Quanto mais à direita os participantes se autocategorizaram, maiores tenderam a ter seus escores fatoriais no fator Dominância na Amostra 1 ( $r(136) = 0,58$  I.C. 95% [0,46 – 0,68];  $p < 0,001$ ), na Amostra 2 ( $r(399) = 0,50$  I.C. 95% [0,43 – 0,57];  $p < 0,001$ ), na Amostra 3 ( $r(203) = 0,53$  I.C. 95% [0,42 – 0,62];  $p < 0,001$ ) e na Amostra 4 ( $r(126) = 0,30$  I.C. 95% [0,14 – 0,46];  $p < 0,001$ ). O mesmo ocorreu com os escores fatoriais do fator Anti-Igualitarismo em que, quanto mais à direita os participantes se autocategorizaram, maiores tenderam a ser suas pontuações na Amostra 1 ( $r(136) = 0,60$  I.C. 95% [0,48 – 0,69];  $p < 0,001$ ), na Amostra 2 ( $r(399) = 0,47$  I.C. 95% [0,39 – 0,54];  $p < 0,001$ ), na Amostra 3 ( $r(203) = 0,46$  I.C. 95% [0,34 – 0,56];  $p < 0,001$ ) e na Amostra 4 ( $r(126) = 0,42$  I.C. 95% [0,27 – 0,56];  $p < 0,001$ ).

*Versão Reduzida*

As cargas fatoriais dos itens da SDO<sub>7</sub> na Amostra 1 estão representadas na Tabela 2. Observa-se que os itens pró-traço com maiores cargas fatoriais no fator Dominância foram os itens 3 (“Uma sociedade ideal exige que alguns grupos estejam em posições superiores e outros estejam em posições inferiores na sociedade”) e 2 (“Provavelmente é bom que alguns grupos estejam em posições superiores e outros em posições inferiores na sociedade”), enquanto os itens contra-traço com maiores cargas fatoriais foram os itens 6 (“Nenhum grupo deveria ser dominante na sociedade”) e 8 (“O princípio de que um grupo deve dominar outro é ruim”). Já no fator Anti-Igualitarismo, os itens pró-traço com maiores cargas fatoriais foram os itens 12 (“Nosso objetivo principal não deveria ser a igualdade entre grupos”) e 11 (“É injusto tentar fazer com que os grupos sejam iguais”), enquanto que os itens contra-traço com maiores cargas fatoriais foram os itens 16 (“Nosso ideal deveria ser a igualdade entre grupos”) e 15 (“Não importa quanto esforço seja necessário, nós devemos nos esforçar para assegurar que todos os grupos tenham as mesmas chances na vida”).

Os itens pró e contra-traço com maiores cargas fatoriais tenderam a apresentar também as maiores correlações item-total nos fatores substanciais, como demonstrado na Tabela 3. No fator Dominância, os itens pró-traço com maiores correlações foram os itens 3 e 2, cujos valores das correlações item-total foram

Tabela 2.

*Cargas Fatoriais dos Itens da SDO<sub>7</sub> na Amostra 1*

#Item	Fator	
	Dominância	Anti-Igualitarismo
1	0,46**	
2	0,58**	
3	0,67**	
4	0,42**	
5	-0,31*	
6	-0,79**	
7	-0,53*	
8	-0,78**	
9		0,68**
10		0,63**
11		0,78**
12		0,80**
13		-0,38*
14		-0,54**
15		-0,64**
16		-0,82**

Nota: \*  $p < 0,05$ ; \*\*  $p < 0,001$ .

respectivamente 0,86 e 0,78. Dentre os itens contra-traço desse fator, aqueles com maiores correlações foram os itens 6 e 8, ambos com correlação item-total de 0,72. Já no fator Anti-Igualitarismo, os itens pró-traço com maiores correlações foram os itens 12 e 11 ambos apresentando correlação item-total no valor de 0,72. Dentre os itens contra-traço desse fator, aqueles com maiores correlações foram os itens 16 e 14, apresentando correlações item-total de respectivamente 0,84 e 0,79. Portanto, a única exceção à correspondência entre maior carga fatorial e maior correlação item-total foi o item 14, que apresentou a segunda maior correlação item-total entre os itens contra-traço do fator Anti-Igualitarismo, mas não uma das duas maiores cargas fatoriais.

Como sete dos oito itens com maiores cargas fatoriais nos seus fatores substanciais também apresentaram as maiores correlações item-total, priorizou-se o critério da carga fatorial. Assim, a versão da SDO<sub>7r</sub> a ser testada nas amostras subsequentes foi composta pelos itens 2, 3, 6 e 8 no fator Dominância e pelos itens 11, 12, 15 e 16 no fator Anti-Igualitarismo. Para testar a estrutura que havia apresentado melhores índices de



Tabela 3.  
Correlações Item-Total nos Fatores Substanciais da Amostra 1

#Item	Correlação Item-Total	
	Dominância	Anti-Igualitarismo
1	0,61	
2	0,78	
3	0,86	
4	0,55	
5	0,30	
6	0,72	
7	0,48	
8	0,72	
9		0,68
10		0,64
11		0,72
12		0,72
13		0,69
14		0,79
15		0,76
16		0,84

ajuste (quatro fatores) em sua forma reduzida, modelou-se também os fatores de método. O primeiro fator de método foi composto pelos itens pró-traço dentre os selecionados para a versão reduzida (itens 2, 3, 11 e 12) e o segundo fator de método foi composto pelos itens contra-traço (6, 8, 15 e 16). Tal estrutura apresentou bons índices de ajuste na Amostra 1 (RMSEA = 0,00 I.C. 90% [0,00 - 0,06], CFI = 1, TLI = 1,  $\chi^2/gl$  = 0,61), na Amostra 2 (RMSEA = 0,03 I.C. 90% [0,00 - 0,07], CFI = 1, TLI = 0,99,  $\chi^2/gl$  = 1,33), na Amostra 3 (RMSEA = 0,02 I.C. 90% [0,00 - 0,08], CFI = 1, TLI = 1,  $\chi^2/gl$  = 1,06) e na Amostra 4 o *software* não conseguiu conduzir a análise. A SDO<sub>7r</sub> também apresentou bons índices de fidedignidade, uma vez que o  $\alpha$  de Cronbach do fator Dominância foi considerado adequado na Amostra 1 ( $\alpha$  = 0,85; I.C. 95% [0,82 - 0,89]), na Amostra 2 ( $\alpha$  = 0,84; I.C. 95% [0,82 - 0,86]), na Amostra 3 ( $\alpha$  = 0,82; I.C. 95% [0,78 - 0,85]) e na Amostra 4 ( $\alpha$  = 0,82; I.C. 95% [0,76 - 0,87]). O mesmo ocorreu com o fator Anti-Igualitarismo, que apresentou valores adequados de  $\alpha$  de Cronbach na Amostra 1 ( $\alpha$  = 0,86; I.C. 95% [0,82 - 0,89]), na Amostra 2 ( $\alpha$  = 0,81; I.C. 95% [0,78 - 0,83]), na Amostra 3 ( $\alpha$  = 0,74; I.C. 95% [0,69 - 0,79]) e na Amostra 4 ( $\alpha$  = 0,81; I.C. 95%

[0,75 - 0,85]). Portanto, a SDO<sub>7r</sub> apresentou bons índices de ajuste aos dados e de fidedignidade.

Também foi analisada a validade de critério entre grupos da versão reduzida. Tal qual na versão integral, os escores fatoriais do fator Dominância se correlacionaram positivamente, e com a magnitude semelhante, com a autocategorização política no espectro esquerda-direita na Amostra 1 ( $r(136) = 0,50$  I.C. 95% [0,36 - 0,61];  $p < 0,001$ ), na Amostra 2 ( $r(399) = 0,54$  I.C. 95% [0,47 - 0,60];  $p < 0,001$ ) e na Amostra 3 ( $r(136) = 0,57$  I.C. 95% [0,47 - 0,65];  $p < 0,001$ ). O mesmo ocorreu com os escores fatoriais do fator Anti-Igualitarismo, que se correlacionaram positivamente com a autocategorização política no espectro esquerda-direita na Amostra 1 ( $r(136) = 0,45$  I.C. 95% [0,31 - 0,58];  $p < 0,001$ ), na Amostra 2 ( $r(399) = 0,49$  I.C. 95% [0,42 - 0,56];  $p < 0,001$ ) e na Amostra 3 ( $r(136) = 0,46$  I.C. 95% [0,34 - 0,56];  $p < 0,001$ ). Não foi possível realizar a correlação dos escores fatoriais e a autocategorização política na Amostra 4 porque a AFC não encontrou uma solução para a versão reduzida do modelo, consequentemente não conseguiu gerar escores fatoriais para serem correlacionados.

## Discussão

O instrumento apresentou evidências de validade e de fidedignidade para o contexto nacional, estando disponível tanto em sua versão integral como reduzida no *link* ([https://osf.io/py2sz/?view\\_only=adeca431d-9284de0b2e844915e6fe5a5](https://osf.io/py2sz/?view_only=adeca431d-9284de0b2e844915e6fe5a5)). A partir de um processo que envolveu mais de 10 pesquisadores, entre tradutores, especialistas e militantes, além das quatro amostras investigadas ( $n_{\text{total}} = 1.056$ ), o instrumento apresentou bons índices de ajuste ao modelo de quatro fatores e boa validade de critério, uma vez que quem se autocategorizou na direita política apresentou maior tendência a favorecer a Dominância e o Anti-Igualitarismo, conforme estabelecido na literatura (Pratto et al., 1994; Sidanius & Pratto, 1999).

Como a composição dos fatores foi a mesma do estudo original, as duas dimensões substanciais do construto podem ser definidas da mesma forma: Dominância (SDO-D), como a preferência por hierarquias grupais em que há clara opressão a grupos subordinados, e Anti-Igualitarismo (SDO-E) como a preferência pela desigualdade entre grupos, favorável a crenças que sutilmente reforcem hierarquias sociais, rejeitando políticas públicas que reduzam a desigualdade (Ho et al., 2015).

Todos os itens originalmente propostos foram retidos porque apresentaram cargas fatoriais acima de 0,30 em seus fatores substanciais. Ademais, os resultados das análises fatoriais apontaram que nem os fatores de método nem os fatores substanciais são negligenciáveis para obter bons índices de ajuste aos dados. Tanto na estrutura unifatorial, como na estrutura composta por dois fatores substanciais e na estrutura composta por dois fatores de método os índices de ajuste foram inaceitáveis. Demonstra-se, portanto, que a SDO é fortemente influenciada tanto pela direcionalidade quanto pelo conteúdo dos itens, sendo a estrutura de quatro fatores a única adequada. Ressalta-se assim a importância de investigação da multifatorialidade do instrumento, esforço que foi iniciado por Jost e Thompson (2000) e mais intensamente desenvolvido por Ho et al. (2015).

O tamanho de efeito das correlações entre os escores fatoriais dos fatores substanciais e a autocategorização política foram altas nas quatro amostras investigadas, conforme indicado na literatura já mencionada (Ho et al., 2015; Kteily et al., 2015). Variando de 0,30 a 0,60, mostrou-se consistentemente que, quanto mais à direita os participantes se autocategorizaram, mais eles tenderam a demonstrar preferência por hierarquias e desigualdades grupais. Deve-se ressaltar que, na Amostra 4, a correlação com a autocategorização política apresentou os menores tamanhos de efeito em comparação às outras três amostras, tanto no caso dos escores do fator Dominância ( $r = 0,30$ ) quanto do fator Anti-Igualitarismo ( $r = 0,42$ ).

A diferença provavelmente ocorreu porque a pergunta e as opções de respostas utilizadas para investigar o espectro político na Amostra 4 foram diferentes das utilizadas nas outras três amostras. Assim, recomenda-se que estudos futuros não utilizem a escala de autocategorização política da Amostra 4, composta por “Extrema-esquerda”, “Esquerda”, “Centro”, “Direita”, “Extrema-Direita”. Tal espectro tende não só a naturalizar a autocategorização em extremos políticos, como também reduzir a correlação com construtos como Dominância e Anti-Igualitarismo. Como alternativa, sugere-se a investigação da autocategorização política por meio das opções “Esquerda”, “Centro-Esquerda”, “Centro”, “Centro-Direita”, “Direita” e “Nenhuma”, como utilizada nas três primeiras amostras.

As correlações entre os escores fatoriais e a autocategorização política foram positivas e apresentaram tamanhos de efeitos semelhantes tanto na SDO<sub>7</sub> quanto na SDO<sub>7r</sub>, isto é, nas versões integral e reduzida do instrumento. Enquanto na versão integral os tamanhos de

efeito variaram entre 0,30 e 0,60, na versão curta eles variaram entre 0,45 e 0,57. Os índices de consistência interna dos fatores substanciais também foram semelhantes entre as duas versões, uma vez que na versão integral o  $\alpha$  de Cronbach variou entre 0,79 e 0,90 e na versão curta variou entre 0,74 e 0,86. Portanto, foi encontrada uma congruência entre a SDO<sub>7</sub> e a SDO<sub>7r</sub>.

Apesar das potencialidades, algumas limitações do presente estudo devem ser levadas em conta. Na proposição da versão reduzida do instrumento, não houve uma congruência completa entre os itens com maior carga fatorial e maior correlação item-total. Enquanto sete dos oito itens apresentaram maiores cargas fatoriais e maiores correlações item-total, um deles não seguiu esse padrão. Todavia, foi priorizado o critério da carga fatorial por ser o mais comumente utilizado. Também não foi possível verificar os índices de ajuste da estrutura de quatro fatores da versão reduzida do instrumento na Amostra 4. Isso provavelmente ocorreu porque a amostra ( $n = 128$ ) tem um tamanho insuficiente para convergir um modelo com poucos indicadores (8 itens) e diversas especificações (quatro fatores e covariância entre fatores substanciais e de método fixadas em zero), impossibilitando que uma solução fosse encontrada para o modelo especificado (Bollen & Long, 1993; Hu & Bentler, 1999). Por fim, não foram usadas outras escalas adaptadas para o contexto brasileiro para fins de verificação da validade convergente e divergente de construtos relacionados à SDO. Estudos futuros devem buscar mais evidências de validade do instrumento, podendo utilizar instrumentos já adaptados para o contexto nacional como a Escala de Preconceito contra Diversidade Sexual e de Gênero (Costa, Machado, Bandeira, & Nardi, 2016) ou a Escala de Autoritarismo de Direita (EAD; Vilanova et al., 2018).

O instrumento também pode ser utilizado para melhor caracterizar o espectro político brasileiro, uma vez que há poucos estudos nacionais que tenham feito isso. Por exemplo, poder-se-ia utilizar os escores do fator “Tradicionalismo” da Escala de Autoritarismo de Direita (Vilanova et al., 2018) em conjunto com a SDO<sub>7</sub> para diferenciar os liberais e conservadores que se autocategorizam como parte da direita política. Como o Tradicionalismo mensura o apoio a padrões e valores morais tradicionais (Vilanova et al., 2020), aqueles que se identificam como conservadores podem tender a ter altos escores tanto no fator Tradicionalismo da EAD como na dimensão SDO-D da SDO<sub>7</sub>. Já os liberais podem ter baixos escores no fator Tradicionalismo e escores maiores na dimensão SDO-E da SDO<sub>7</sub>.

É importante ressaltar também que, como a Escala de Autoritarismo de Direita já está adaptada para o contexto brasileiro (Vilanova et al., 2018), com a adaptação da SDO<sub>7</sub> é possível testar as hipóteses propostas na literatura internacional acerca de efeitos diferenciais entre autoritarismo, orientação à dominância social e preconceito. Por exemplo, já foi proposto que autoritarismo prediz preconceito em relação a grupos socialmente vistos como perigosos, orientação à dominância social prediz preconceito em relação a grupos socialmente vistos como degenerados e ambos predizem preconceito em relação a grupos socialmente vistos como dissidentes (Duckitt & Sibley, 2007). Embora algo similar já tenha sido feito (Cantal et al., 2015), agora é possível tentar reproduzir o resultado com escalas adaptadas para o contexto brasileiro.

Finalmente, conclui-se que a versão brasileira, tanto da SDO<sub>7</sub> como da SDO<sub>7r</sub>, pode ser utilizada em estudos futuros que busquem avaliar o apoio a medidas que mantêm as desigualdades tanto de maneira mais explícita (pela SDO-D) quanto de maneira mais sutil (pela SDO-E). Dada a crescente desigualdade que o país passa, é possível que o estudo da orientação à dominância social possa contribuir significativamente para o entendimento do contexto nacional.

### Referências

- Anderson, J., & Ferguson, R. (2017). Demographic and ideological correlates of negative attitudes towards asylum seekers: A meta-analytic review. *Australian Journal of Psychology, 70*(1), 18-29. doi: 10.1111/ajpy.12162
- Bizumic, B., & Duckitt, J. (2019). Investigating right wing authoritarianism with a very short authoritarianism scale. *Journal of Social and Political Psychology, 6*(1), 129-150. doi: 10.5964/jspp.v6i1.835
- Bollen, K., & Long, J. (1993). *Testing structural equation models*. Newbury Park, CA: Sage.
- Cantal, C., Milfont, T. L., Wilson, M. S., & Gouveia, V. V. (2015). Differential effects of right-wing authoritarianism and social dominance orientation on dimensions of generalized prejudice in Brazil. *European Journal of Personality, 29*(1), 17-27. doi: 10.1002/per.1978
- Ching, B. H. H., Xu, J. T., Chen, T. T., & Kong, K. H. C. (2020). Gender essentialism, authoritarianism, social dominance orientation, and filial piety as predictors for transprejudice in chinese people. *Sex Roles: A Journal of Research*. Advance online publication. doi: 10.1007/s11199-020-01123-3
- Conselho Nacional de Saúde (2016). *Resolução N° 510*. Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)
- Costa, A. B., Machado, W. L., Bandeira, D. R., & Nardi, H.C. (2016). Validation study of the revised version of the Scale of Prejudice Against Sexual and Gender Diversity in Brazil. *Journal of Homosexuality, 63*(11), 1446-1463. doi: 10.1080/00918369.2016.1222829
- DiStefano, C., Zhu, M., & Mindrila, D. (2009). Understanding and using factor scores: Considerations for the applied researcher. *Practical Assessment, Research, and Evaluation, 14*(20), 1-11. doi: 10.7275/da8t-4g52
- Duckitt, J., & Sibley, C. G. (2007). Right wing authoritarianism, social dominance orientation and the dimensions of generalized prejudice. *European Journal of Personality, 21*(2), 113-130. doi:10.1002/per.614
- Elff, M., & Ziaja, S. (2018). Method factors in democracy indicators. *Politics and Governance, 6*(1), 92-104. doi: 10.17645/pag.v6i1.1235
- Fernandes, S. C., & De Almeida, S. S. (2008). Mensuração e análise dos níveis de orientação à dominância social. *Psicologia em Foco, 39*(4), 1-7. Recuperado de <http://docplayer.com.br/52526746-Mensuracao-e-analise-dos-niveis-de-orientacao-a-dominancia-social.html>
- Fernandes, S., Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 20*(3), 490-498. doi: 10.1590/S0102-79722007000300017
- Ho, A. K., Sidanius, J., Kteily, N., Sheehy-Skeffington, J., Pratto, F., Henkel, K. E., ... & Stewart, A. L. (2015). The nature of social dominance orientation: Theorizing and measuring preferences for intergroup inequality using the new SDO<sub>7</sub> scale. *Journal of Personality and Social Psychology, 109*(6), 1003-1028. doi: 10.1037/pspi0000033.supp
- Ho, A. K., Sidanius, J., Pratto, F., Levin, S., Thomsen, L., Kteily, N., & Sheehy-Skeffington, J. (2012). Social dominance orientation: Revisiting the structure and function of a variable predicting social and

- political attitudes. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 38, 583-606. doi: 10.1177/0146167211432765
- Hu, L., & Bentler, P. M. (1999). Cutoff criteria for fit indexes in covariance structure analysis: Conventional criteria versus new alternatives. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 6(1), 1-55. doi:10.1080/10705519909540118
- International Test Commission. (2017). The ITC Guidelines for Translating and Adapting Tests (Second edition). Recuperado de [https://www.intestcom.org/files/guideline\\_test\\_adaptation\\_2ed.pdf](https://www.intestcom.org/files/guideline_test_adaptation_2ed.pdf)
- Jost, J. T., & Thompson, E. P. (2000). Group-based dominance and opposition to equality as independent predictors of self-esteem, ethnocentrism, and social policy attitudes among African Americans and European Americans. *Journal of Experimental Social Psychology*, 36(3), 209-232. doi: 10.1006/jesp.1999.1403
- Jost, J. T., Glaser, J., Kruglanski, A. W., & Sulloway, F. J. (2003). Political conservatism as motivated social cognition. *Psychological Bulletin*, 129(3), 339-375. doi:10.1037/0033-2909.129.3.339
- Kteily, N., Bruneau, E., Waytz, A., & Cotterill, S. (2015). The ascent of man: Theoretical and empirical evidence for blatant dehumanization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 109(5), 901-931. doi: 10.1037/pspp0000048
- Mandalaywala, T. M., Amodio, D. M., & Rhodes, M. (2018). Essentialism promotes racial prejudice by increasing endorsement of social hierarchies. *Social Psychological and Personality Science*, 9(4), 461-469. doi: 10.1177/1948550617707020
- Oxfam (2018). *País Estagnado: Um Retrato das Desigualdades Brasileiras*. Recuperado de <https://www.ethos.org.br/cedoc/oxfam-brasil-publica-relatorio-pais-estagnado-um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/>
- Perry, R., Sibley, C. G., & Duckitt, J. (2013). Dangerous and competitive worldviews: A meta-analysis of their associations with Social Dominance Orientation and Right-Wing Authoritarianism. *Journal of Research in Personality*, 47(1), 116-127. doi:10.1016/j.jrp.2012.10.004
- Pratto, F., Sidanius, J., & Levin, S. (2006). Social dominance theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. *European Review of Social Psychology*, 17(1), 271-320. doi:10.1080/10463280601055772
- Pratto, F., Sidanius, J., Stallworth, L. M., & Malle, B. F. (1994). Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 67(4), 741-763. doi:10.1037/0022-3514.67.4.741
- RStudio Team (2020). *RStudio: Integrated Development for R*. RStudio, PBC, Boston, MA. Recuperado de <http://www.rstudio.com/>
- Sidanius, J., Levin, S., Federico, C. M., & Pratto, F. (2001). Legitimizing ideologies: The social dominance approach. In J. T. Jost & B. Major (Eds.), *The psychology of legitimacy: Emerging perspectives on ideology, justice, and intergroup relations* (p. 307-331). Cambridge University Press.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression*. New York: Cambridge University Press. doi: 10.1017/CBO9781139175043
- Tabachnick, B. G., & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. Boston: Allyn and Bacon.
- Turner, J. C., Hogg, M. A., Oakes, P. J., Reicher, S. D., & Wetherell, M. S. (1987). *Rediscovering the social group: A self-categorization theory*. Oxford e New York: Basil Blackwell.
- Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A.B. (2018). Adaptação Transcultural e Estrutura Fatorial da Versão Brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316. doi: 10.9788/IP2018.3-07Pt
- Vilanova, F., L. Milfont, T., Cantal, C., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2020). Evidence for Cultural Variability in Right-Wing Authoritarianism Factor Structure in a Politically Unstable Context. *Social Psychological and Personality Science*, 11(5), 658-666. doi:10.1177/1948550619882038

Recebido em: 28/04/2020

Reformulado em: 16/02/2021

Aprovado em: 07/04/2021



Sobre os autores:

**Felipe Vilanova** é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2516-9975>

*E-mail:* felipevilanova2@gmail.com

**Damião Soares de Almeida-Segundo** é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2407-0583>

*E-mail:* damiao\_soares@hotmail.com

**Michael de Quadros Duarte** é doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5024-8587>

*E-mail:* mquadrosduarte@gmail.com

**Angelo Brandelli Costa** é Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0742-8152>

*E-mail:* angelo.costa@pucrs.br

Contato com os autores:

Felipe Vilanova

*E-mail:* felipevilanova2@gmail.com